

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula. **O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos**: uma análise do discurso. Tese de doutorado. São Paulo: USP/IP, 2006 (pp 42-58)

## **2.4 Violência Interpessoal Doméstica**

O tipo de violência que ocorre no lar, praticada por pais contra os filhos, por filhos contra pais idosos ou doentes, por homens contra mulheres ou por cuidadores, parentes ou não, de pessoas com deficiências ou idosos nem sempre foi tratado como um só fenômeno, mas nossa revisão de literatura originou reflexões que sugerem chamá-lo especificamente de Violência Interpessoal Doméstica -VIPD e pensá-lo como fenômeno único.

Foi possível perceber, através da revisão de literatura, que o termo “violência doméstica” refere-se preferencialmente à violência contra mulher. Quando os estudos referem-se à violência doméstica contra criança, os termos mais comuns na literatura internacional são “child abuse”, “maltreatment” e “vítimization”. Nos trabalhos publicados no Brasil encontramos preferencialmente os termos “violência doméstica” e “crianças vitimizadas”. Outros termos como abuso, agressão e maus tratos também são empregados com frequência.

Nossa leitura desse material aponta para as quatro formas de violência interpessoal como um fenômeno único que se manifesta em contextos diversos, colocando em evidência o que parece ser uma dificuldade básica do ser humano: descolar-se do umbigo e colocar-se no lugar do outro. Crianças, mulheres, idosos e portadores de deficiência são pessoas que em determinados momentos podem parecer ou ser mais fracos e vulneráveis sob algum ponto de vista. Ou ainda, são pessoas que se tornam mais vulneráveis à violência em função de possuir menos poder dentro das relações sociais.

Olhando para a violência entre pais e filhos como relação interpessoal de poder, relação assimétrica, hierárquica, com fins de dominação, exploração e opressão, Azevedo & Guerra (1995) propõem que olhemos para o poder em nossa sociedade como conceito que nasce e se constrói através de relações de gênero, raça, idade e classe social. As relações de poder se dão em cadeia e se caracterizam pela conversão de diferentes em desiguais.

Como vimos a partir da história da infância, a violência entre pais e filhos está presente através dos séculos e para autores como Ariès (1973,1981) ou deMause (1974) é uma violência inerente as relações interpessoais adulto-criança. São relações assentadas no pressuposto poder do adulto (maior, mais forte, mais inteligente, independente) sobre a criança (menor, mais fraca, ignorante, dependente). São, portanto, relações de natureza hierárquica, assimétrica e adultocêntrica.

Azevedo e Guerra (1995), propõem a seguinte definição para o fenômeno:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual ou psicológico á vítima, implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (p. 78).

Sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes é necessário lembrar, conforme discutem Azevedo e Guerra (1989, 1993,1995) e foi possível reafirmar a partir da revisão de literatura, que ela é universal, não sendo privilégio dos países subdesenvolvidos, ocorre em todas as sociedades.

Também é sempre necessário reafirmar que a violência doméstica não está ligada exclusivamente às condições sócio-econômicas, ou seja, não é privilégio dos pobres, mas ocorre em todas as classes sociais indistintamente. Diversos estudos demonstram que fatores ligados a privações, desemprego; falta de perspectiva, não acesso ao consumo são fontes de estresse e podem levar ao aumento da incidência da violência doméstica.

Saffioti (1989), ao identificar uma utilização indiscriminada dos termos *vitimização* (usado para referenciar o fenômeno da violência doméstica) e *vitimação* (refere-se ao abandono material, como consequência das opções políticas, da concentração da riqueza em poucas mãos), nos diz que os fenômenos da *vitimação* e da *vitimização* têm origens comuns numa ordem social na qual as relações são permeadas pelo poder. Entretanto, as crianças vitimadas pela fome, pela ineficiência das políticas públicas básicas, não são as únicas sujeitas ao processo de *vitimização*. Enquanto a *vitimação* atinge apenas os filhos da famílias economicamente desfavorecidas, a *vitimização* ignora fronteiras econômicas entre classes sociais.

Azevedo & Guerra (1989) sugerem a existência de dois tipos de violência que atingem a infância: a Violência Entre Classes Sociais, Macro Violência ou Vitimação<sup>1</sup> e a Violência Intra-Classes Sociais, Micro Violência ou Vitimização<sup>2</sup>.

Pensar as situações de risco que atingem a infância da perspectiva da violência, seja a estrutural, seja a interpessoal nos leva a refletir o quanto ambas as formas de violência estão imbricadas, sendo difícil pensar numa relação de causa e efeito entre elas.

---

<sup>1</sup> “Infância Pobre”, “Infância Abandonada” (exclusão social, cultural e política, pobreza de direitos); Infância Infratora (crianças e adolescentes em conflito com a lei, em decorrência da interação de inúmeras condições pessoais e do contexto); Infância Explorada no Trabalho, crianças e adolescentes que tendo que contribuir no orçamento familiar devido a situação de pobreza da família, deixam de brincar e de estudar para produzir; Infância Vítima de Exploração Sexual, seja através da prostituição infanto-juvenil, seja através da pornografia, como negócio rentável, mercantilizado; Infância Vítima de Violência na Mídia: uso da imagem da criança pela sociedade de consumo.

<sup>2</sup> O segundo tipo diz respeito àquela violência que ocorre no âmbito do privado, das instituições, no plano das relações interpessoais. Aqui se encontra a Violência Interpessoal Doméstica, tipo de violência que acontece no lar e pode atingir crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

Entender que a macro e a micro violência se misturam não significa, contudo, aceitar que são iguais. Muitas situações de risco que atingem a infância no mundo todo poderiam ser classificadas na categoria “estrutural ou macro-violência”. Infelizmente, as crianças também estão sujeitas a uma forma perversa de violência que as atinge em seu cotidiano, independentemente de suas condições materiais de vida.

Por isso, a violência doméstica pode ser entendida como uma situação de risco muito diferenciada, que ocorre independentemente da condição estrutural, podendo ser identificada em todas as classes sociais, em todo tipo de família e em diferentes momentos históricos.

Isso nos faz entender que tanto as condições estruturais, do contexto econômico e social, quanto as particulares, subjetivas são importantes. Se as condições estruturais são determinantes, por marcarem definitivamente quais são as famílias que terão acesso aos direitos básicos e fundamentais da cidadania - podendo, assim, investir no desenvolvimento de seus filhos - e quais estão excluídas, o que acontece no plano interpessoal, das micro-relações também é parte do contexto, do todo, relaciona-se com ele e o afeta.

Também devemos observar que em contraste com os fenômenos públicos que envolvem milhões de crianças e adolescentes das classes populares (crianças sem nome, sem rosto, sem endereço) a violência doméstica quando notificada e tornada pública gera um grande mal-estar: vítima e agressor têm nome, sobrenome, endereço. Saffioti (1989) nos diz que, além disso, quando a violência doméstica física ou sexual torna-se, após sua notificação, um fenômeno público *ameaça a solidez da instituição sobre a qual repousa a sociedade: a família*.

Dawes & Donald (1999) discutem – em edição que divulga trabalhos realizados na sociedade sul-africana, com suas peculiaridades históricas e socioeconômicas – as conseqüências psicológicas da adversidade vivida pela infância naquele país: quando descrevem o contexto do país, passamos a identificar crianças e adolescentes vivendo situações de risco pessoal e social, que as colocarão em risco para o seu desenvolvimento global.

Os autores nos mostram que muitas circunstâncias podem produzir adversidade na infância. As características peculiares de sua sociedade levam as crianças a experimentarem grande predisposição para condições de vida adversas: os anos de *apartheid*, o fato de que as crianças são negras em sua maioria, a pobreza a que estão expostas. E como se as condições estruturais já não fossem suficientemente ruins tais crianças ainda experimentam no lar abuso sexual e físico, estresse pela separação parental ou o risco de viverem com pais alcoólatras ou doentes mentais. Os autores nos levam a refletir que enquanto os primeiros locais para viver adversidade sejam a família e a escola, os riscos de exposição à adversidade no lar aumentam para as famílias pobres, onde as estratégias de *coping* dos adultos são levadas ao extremo com frequência. Também discutem os efeitos da pobreza em si como um estressor psicológico.

Diferentemente de eventos discretos como separação parental ou perda de pais ou irmãos, os eventos relacionados à pobreza, à privação aos direitos e à relação pais-filhos (incluindo aqui todo tipo de violência doméstica) são eventos contínuos, que ocorrem ao longo de períodos de tempo indeterminados, e podem afetar o desenvolvimento e a saúde de crianças que estão sujeitas a eles, como veremos a partir dos resultados de alguns trabalhos conduzidos nesta perspectiva.

Ao discutir a identificação de fatores que predizem o aumento da probabilidade de aparecimento de problemas emocionais e de conduta em crianças e adolescentes Compas e Phares (1991) citam dados de pesquisas que apontam para a possibilidade de existência de associação entre eventos estressantes e desordens psicológicas. Para esses autores a experiência de eventos estressantes durante a infância e adolescência podem acionar um processo no qual stress e problemas emocionais/comportamentais alimentam-se mutuamente, num ciclo.

Em seu estudo sobre *stress*, suporte social e adaptação no início da adolescência DuBois et al. (1992) focalizaram o papel de eventos estressores entre jovens provenientes de comunidades com desvantagens econômicas, culturais e sociais. De acordo com os resultados obtidos, entendeu-se que os jovens das comunidades menos favorecidas são mais vulneráveis aos efeitos do *stress*, uma vez que o ambiente em que vivem lhes oferece menos chances para o desenvolvimento de competências, habilidades de enfrentamento e mecanismos de auto-regulação que lhes permita uma adaptação mais eficaz.

Outras características da violência doméstica apresentadas nos trabalhos de Azevedo e Guerra (1989, 1993,1995) ) referem-se ao fato de ser um fenômeno multicausal, determinado pela interação de fatores psicológicos, sócio-econômicos e culturais do pai, da mãe e dos filhos o que nos leva ao seu caráter cíclico, ou seja, o padrão abusivo da interação pai-mãe-filho tende a se reproduzir: é provável que uma criança vítima de violência torne-se um pai/mãe agressor.

Conforme veremos partindo de nossa discussão sobre a relação entre violência e desenvolvimento, viver situações violentas como testemunha ou vítima, pode ser fator de risco para o desenvolvimento de atitudes violentas. Essa reprodução da violência originada dentro das famílias, a partir das relações interpessoais vividas no lar é registrada de forma extensa e pode ser importante ponto de partida para pensar a prevenção da violência. Os trabalhos que discutem este ponto também identificaram relação entre abuso de substâncias psicoativas e práticas disciplinares severas, história de violência na infância de pais agressores, e problemas conjugais e violência contra criança.

A noção de que o que a criança apreende das suas primeiras relações é fundamental para seu desenvolvimento não é nova. As conseqüências da relação primária para o desenvolvimento constituem-se num tema muito discutido pela literatura especializada. Algumas teorias são taxativas: experiências adversas vividas na infância interferem no desenvolvimento global (bio-

psico-social) de forma negativa e, muitas vezes, irreversível. A possibilidade de intervir com sucesso para abordar as alterações no desenvolvimento depende de muitos fatores, entre eles, o caráter contínuo ou discreto do evento adverso que interfere no curso do desenvolvimento e a precocidade da intervenção.

Winnicott (1986, 1995), que sob influência da psicanálise desenvolveu estudos sobre os efeitos da privação na infância, estabeleceu relação entre o que ele chama de desenvolvimento de “tendência anti-social” e privação.

É importante atentar para o fato de que esse autor define *privação* na perspectiva analítica, como um processo interno, subjetivo (privação de afeto, de seio). Neste trabalho estaremos sempre considerando a inter relação dos fatores do sujeito (como ele lida com situações adversas) com os fatores do contexto social e histórico. Assim, com a ajuda de Dawes & Donald (1999), ampliamos o conceito de *privação* para uma perspectiva mais geral de *adversidade*, conceito que pode referir-se tanto a eventos de ordem subjetiva, quanto a aqueles do contexto social, econômico, cultural e histórico, e, na verdade, o que possa vir a resultar da interação de ambos.

Westaway (2000) discute o processo de brutalização que resulta das experiências precoces de violência vividas no lar e diz ser na família o local onde a criança pode viver as primeiras experiências de grupo, as quais podem ser traumáticas. Refere que em algumas famílias a dinâmica familiar, as interações humilhantes e o abuso (violência interpessoal) causam vergonha e medo na criança. Além disso, a criança aprende a ser violenta.

Semelhante discussão é feita por Souza (2000):

Considera-se que a família é a instituição fisicamente mais violenta que a maioria dos indivíduos irá encontrar porque é nela que a maioria das pessoas aprendem a ser violentas. (...)a punição física é vista e experimentada pela maioria dos membros da família como normal, assim, é a família que fornece a primeira arena onde crianças observam e recebem um treinamento explícito em violência (p.78).

Os aspectos referentes à família também são citados como possíveis fontes de vulnerabilidade ao *stress* e relacionados ao aparecimento de desordens e alterações no desenvolvimento, sendo que outros autores discutem o papel na família no desenvolvimento de modelos violentos de relacionamento interpessoal.

Parton (1987) cita estudos que defendem uma abordagem sócio-cultural para o problema, explicando que a família, longe de ser patológica, sofre influências resultantes de uma combinação entre cultura, organização social e aprendizado social. O autor discute que a família pode ser a instituição fisicamente mais violenta que a maioria dos indivíduos irá., sendo nela que a maioria das pessoas aprende a ser violentas. Para ele isso coloca a família como o primeiro local onde crianças observam e recebem um treinamento explícito em violência. Conclui alinhando situações específicas que, combinadas, predisõem à violência como: o alto nível de conflito familiar, o

treinamento em violência através do disciplinamento físico, a norma cultural que permite que pais batam nos filhos desde que estes não lhes obedçam.

Dentro da perspectiva da família como gênese da violência, encontramos a noção de "sociabilidade autoritária", defendida por Passetti (1995, p.16). Para ele, a criança não é apenas vítima de um agente disciplinador na família. Mais do que isso:

O que acontece é uma seqüência de exercícios de autoridade que transcendem limites legais e socialmente tidos como aceitáveis para revelar, com maior amplitude, o uso e abuso da violência, muitas vezes legítima (do estado e dos próprios pais). São crianças violentadas, que reproduzirão essa situação, encontrando num outro sujeito o seu objeto substitutivo, afirmando a continuidade da sociabilidade autoritária.

Nessa perspectiva de reprodução da violência a partir de sua presença na história de vida, alguns autores apontam para os efeitos da violência doméstica nas práticas de criação dos filhos, sendo o estilo parental fortemente influenciado pela história de vida dos pais: quanto maior a presença de eventos negativos e história materna de abuso na infância maior a probabilidade de ocorrência de violência perpetrada pela mãe (LEVENDOSKY & GRAHAM-BERMANN, 2001); a reincidência de violência contra crianças é maior em famílias cujos pais apresentam violência doméstica, abuso, negligência e abuso de drogas em suas histórias de vida (ENGLISH, MARSHALL & ORME, 1999); presença de história de abuso na infância ou história de exposição à violência parental em agressores domésticos com problemas de alcoolismo (MCMURRAN, 1999) ou abuso de outras substâncias psicoativas (HIEN & HONEYMAN, 2000).

Miller, Fox & Garcia-Beckwith (1999) realizaram estudo em que examinaram 30 registros de casos de abuso físico severo em crianças menores de 05 anos. Os autores compararam as características familiares com fatores de risco descritos na literatura. Seus resultados coincidem com tendências que antes já haviam sido descritas: em termos psicológicos, pais agressores apresentam depressão, ansiedade e desordens de personalidade; em relação aos problemas ao longo do curso de vida encontraram violência doméstica conjugal, abuso de drogas e/ou álcool e violência doméstica sofrida na infância. Também encontraram que o abuso é negado pelos agressores na maioria dos casos. Crianças muito jovens que foram agredidas apresentaram como história anterior à agressão problemas ao nascimento e problemas médicos.

Thompson et al. (1999), num estudo realizado com 1000 pais com idades entre 18 e 72 anos para identificar competência parental (atitudes parentais, práticas disciplinares entre outros indicadores) identificaram 02 categorias principais: (1) pais que obtiveram scores elevados em disciplinamento corporal, negligência, abuso verbal e atitudes depreciativas em relação à criança relatam ter sofrido abuso na infância, violência/dificuldades conjugais e problemas para administrar

a raiva e (2) pais que obtiveram scores baixos em todas as práticas disciplinares, baixa percepção da eficácia disciplinar e uma história conjugal e pessoal saudáveis.

O caráter cíclico da violência doméstica parece ser uma importante característica a ser considerada: crianças que vivem em situação de violência, se não forem socorridas e atendidas de forma adequada (tiradas da situação de violência e tratadas quanto as possíveis seqüelas) podem vir a se tornar agressores domésticos no futuro. Além disso, podem vir a desenvolver problemas com álcool e drogas, além de outras desordens afetivas e alterações na saúde mental. Assim, novamente ganham destaque as conseqüências da experiência de eventos de vida potencialmente estressantes ou negativos sobre o desenvolvimento e a saúde.

Outros aspectos que voltam a aparecer são: a dificuldade de realizar o diagnóstico diante da negação dos pais sobre a ocorrência do abuso e o aumento da probabilidade de sofrer abuso para crianças que apresentaram problemas ao nascimento.

Não é difícil compreender porque a violência doméstica é uma situação adversa particular que gera conseqüências num nível pessoal, com repercussão para o social.

Reafirmamos que para nós, a complexidade do tema, exige que façamos um esforço de buscar a complementaridade que pode haver entre as matrizes teóricas que explicam as relações familiares de um ponto de vista universal e aquelas que o fazem a partir de uma compreensão social e histórica.

A compreensão da violência interpessoal doméstica como fenômeno freqüente, e, sobretudo como fator de risco ao desenvolvimento bio-psico-social normal, é recente.

Ramey, Mulvihill & Ramey (1997) referem-se à "nova morbidade", descrevendo uma enormidade de riscos biológicos e psicológicos para a saúde e bem estar de crianças. O termo diz respeito à interação de fatores adversos de ordem ambiental, comportamental e biológica. A partir dessa perspectiva, que propõe que se olhe para a interação de diversos fatores e que se atribua peso igual aos fatores do sujeito e do contexto, tem sido possível passar a incluir a violência doméstica como fator de risco ao desenvolvimento.

Ao aceitar a premissa de que eventos de vida afetam o desenvolvimento e a saúde global, estamos diante de uma tomada de posição em relação à compreensão do desenvolvimento humano e ao relacionamento sujeito contexto.

#### **2.4.1 O impacto da VIPD sobre o desenvolvimento e a saúde: buscando uma nova compreensão sobre a inter relação sujeito-contexto**

No início de seu capítulo sobre as conseqüências psicológicas da adversidade, Dawes & Donald (1999) sugerem que a compreensão do que seja adversidade pode variar muito de sociedade

para sociedade, de cultura para cultura e que por isso, talvez seja interessante questionar a universalidade das respostas psicológicas a adversidade. Os autores nos chamam atenção para o fato de que o terreno ainda esteja tão inexplorado se as perspectivas são tantas para a pesquisa psicológica. Além disso, colocam que:

Pesquisas sobre o desenvolvimento de crianças em ambientes de alto risco historicamente tem sido conduzidas numa perspectiva positivista. Recentemente a dominância desse paradigma tem sido desafiada por um modelo de conhecimento psicológico conhecido como *construtivismo social* ( p. 01 ).

Delval (1997), na obra em que propõe reflexões sobre a construção do conhecimento escolar, discute a natureza do construtivismo como posição epistemológica, auxiliando na compreensão do construtivismo social como perspectiva de pesquisa que propõe que os fenômenos estudados (a realidade) sejam olhados tanto da perspectiva do sujeito (como interpreta e lida com a realidade) quanto da perspectiva histórica e social: a inter relação (historicamente datada, culturalmente contextualizada) entre o sujeito e o contexto.

O autor nos diz que a elaboração que o sujeito faz da realidade (como a percebe, interpreta e reorganiza internamente) é uma construção solitária, realizada em seu interior, mas influenciada pelo social, pelo outro, produto da vida social.

Percebemos, então, que uma perspectiva construtivista social, se contrapõe tanto ao empirismo quanto ao inatismo: o conhecimento não é uma cópia do mundo exterior, pressupõe uma elaboração do sujeito, tampouco é o resultado da emergência de estruturas pré-formadas, significando apenas a exteriorização de algo que é interno.

A posição sugerida pelo construtivismo social é *interacionista*, ou seja, o conhecimento e os fenômenos resultam da ação do sujeito sobre a realidade e vice-versa, determinado pelas propriedades (ou características) do sujeito e da realidade. Diante de nossas escolhas teóricas, a idéia de interação não é suficiente para descrever as complexas relações que se estabelecem entre o sujeito e o mundo. Estamos preferindo a imagem da interpenetração, pensando em inter relação e não apenas em interação.

Tal perspectiva permite, como já dissemos, entender o processo de desenvolvimento humano de forma mais ampla. É possível pensar, então, que os eventos de vida podem exercer influência sobre o desenvolvimento. Tal olhar enfoca questões que fazem sentido nessa nossa busca da compreensão dessa inter relação sujeito-contexto.

A matriz teórica que permite pensar nas influências dos eventos de vida sobre o desenvolvimento e na forma como cada sujeito pode reagir a essas influências é a “*perspectiva do curso de vida*” e, expandir o conceito de desenvolvimento humano constitui uma das suas preocupações.

Nessa perspectiva, desenvolvimento é entendido como qualquer mudança na capacidade adaptativa do organismo, não importando se considerada como positiva ou negativa, ganho ou perda. Assume-se uma posição multicausal, considerando-se muitos possíveis determinantes para o desenvolvimento, as diferenças individuais e a presença de uma plasticidade determinada por eventos de natureza ontogenética e sócio-cultural.

Além disso, o desenvolvimento é compreendido como um processo multidirecional, que ocorre durante todo o curso de vida, contextualizado por fatores biológicos, psicológicos, sócio-culturais e históricos, que determinam as transformações, num processo de equilíbrio constante entre ganhos e perdas. Portanto, nesse enfoque o desenvolvimento não é visto simplesmente como um movimento rumo à maior eficácia e aos padrões adultos, como assumido pelos modelos tradicionais.

De acordo com Baltes (1983, 1987) três tipos de influência interagem para produzir processos de mudança e determinar o desenvolvimento humano: a) influências normativas graduadas por idade ou ontogenéticas; b) influências normativas historicamente graduadas, e c) influências não-normativas.

As influências normativas relacionadas à idade dizem respeito aos determinantes biológicos e ambientais, e apresentam alta correlação com a idade cronológica. Maturação e socialização são exemplos destas influências, tradicionalmente consideradas pela Psicologia do Desenvolvimento.

As influências normativas historicamente graduadas dizem respeito a eventos do contexto histórico-social, os quais, em interação com os eventos graduados por idade, podem produzir resultados peculiares a todo um grupo etário ou geração. Como exemplo, pode-se citar a guerra, que gera privações de toda sorte, estresse elevado, insegurança e ansiedade, os quais em conjunto, têm o poder de mudar valores, atitudes, expectativas e oportunidades para o desenvolvimento físico e intelectual, entre outros fenômenos. Quando comparado com outro grupo que não viveu o evento e suas consequências, o grupo que o vivenciou pode apresentar um perfil diferente.

As influências não-normativas referem-se a eventos biológicos e ambientais, que não ocorrem para todos os indivíduos de um grupo etário, não apresentam uma ordem ou padrão, mas que geram efeitos significativos sobre as histórias de vida individuais. Migração, perdas afetivas, separação ou morte dos pais, experiências de negligência, abandono e violência podem ser exemplos de eventos não-normativos.

Como é possível observar, Baltes separa e categoriza as influências sobre o desenvolvimento, numa abordagem mais ampla, contrariando a visão tradicional, segundo a qual

envelhecer significa decair: postula uma dinâmica entre ganhos e perdas em qualquer período do desenvolvimento.

Bluck & Habermas (2000), discutem que a perspectiva do curso de vida permite considerar a vida humana como unidade de agregação, observação e integração, de forma que os procedimentos e estruturas cognitivas e afetivas refletem as estruturas da vida.

Um número considerável de trabalhos recuperados através da revisão de literatura aborda as relações entre a violência interpessoal doméstica e desenvolvimento. Os efeitos da violência interpessoal doméstica (VIPD) sobre a qualidade de vida e saúde das pessoas que são vítimas ou testemunhas de situações desse tipo são amplamente relatados. Os estudos citam inúmeros sintomas orgânicos e mentais, que podem emergir em qualquer período do curso de vida, e são relacionados a experiências ligadas à VIPD.

As relações entre a violência doméstica e alterações no desenvolvimento – o impacto negativo de testemunhar e/ou sofrer violência sobre a saúde – apontam tanto os efeitos imediatos ou de curto prazo sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, quanto os efeitos que podem ser identificados em adultos com presença de eventos ligados a VIPD ao longo de sua história de vida.<sup>3</sup>

Nessa perspectiva, a experiência de abuso na infância foi indicada como preditor para estilos de relacionamentos e aparece associada a alterações negativas na qualidade de relacionamento com pares, no funcionamento social, na percepção de suporte social e apego (LEVENDOSKY, HUTHBOCKS & SEMEL, 2002); determinante no aparecimento de comportamento violento/agressivo/delinquente de crianças e adolescentes na escola (HORTON, 2001; JONSON-REID, 1998) e em outras situações envolvendo convivência social (FLYNN; 1999); aumento da disposição para comportamento agressivo, presença de problemas emocionais (depressão, ansiedade), baixa competência social e funcionamento acadêmico pobre (FANTUZZO & MOHR, 1999), sendo que os autores encontraram que os efeitos adversos variam de acordo com a situação: idade da criança, natureza e severidade da violência, presença concomitante de outros fatores de risco; fuga do lar e envolvimento em situações de conflito com a lei - destruição de propriedade e roubo (YEO, 1998) e alteração no desempenho escolar (SULLIVAN & KNUTSON, 2000); atos socialmente desaprovados e fisicamente destrutivos (GALLO, 1998); presença de sintomas como depressão, sintomas traumáticos, comportamento anti-social e comportamento suicida em mulheres

---

<sup>3</sup> Parte dos estudos procurou estabelecer relação entre violência no ambiente familiar como evento presente ao longo da história de vida e o aparecimento de desordens/alterações, envolvendo principalmente a Perspectiva do Curso de Vida e o Modelo da Aprendizagem Social. Em termos de método, foram aplicados questionários envolvendo crianças, adolescentes e pais, além de instrumentos e escalas para identificar e medir a presença de sintomas e alterações no comportamento ( Child Behavior Check List; Adverse Childhood Experience; MSM IV; Traumatic Life Events Questionnaire).

adultas com história de violência familiar (MAKER, KEMMELMEIER & PETERSON, 1998; ROBERTS et al, 1998)

Nessa mesma linha, alguns estudos exploraram especificamente a presença de sintomas de estresse pós-traumático em sujeitos envolvidos em algum momento do curso de vida com situações de violência doméstica (LEVENDOSKY et al., 2002; SLOVAK & SINGER, 2002); identificaram conseqüências específicas como a falta de habilidade para lidar com situações de conflito, em virtude do trauma provocado pela violência (MAXWELL,1998; GALLO,1998). A identificação da violência doméstica como evento negativo ou potencialmente estressante também apareceu em alguns estudos (KUBANY et al. , 2000); relacionado ao risco para tentativa de suicídio (DUBE et al, 2001); ao envolvimento de mulheres entre 22 e 28 anos em crimes (KATZ, 2000); ao envolvimento de mulheres com severos problemas de saúde mental na vitimização de seus filhos (STANLEY & PENHALE, 1999).

No único estudo que não se restringe à saúde mental, Romans et al (2002) exploraram o papel de eventos de vida adversos na possível etiologia de desordens médicas em geral. Realizaram entrevistas numa amostra comunitária de 477 mulheres da Nova Zelândia com idade inferior a 65 anos. Sete das 18 condições médicas relevantes emergiram com aumento significativo em mulheres que sofreram mais de um tipo de abuso ao longo de sua história de vida (fadiga crônica, problemas de visão, enxaquecas, asma, diabetes e problemas cardíacos).

A preocupação em estabelecer relação entre história de violência na vida dos sujeitos e abuso de substâncias aparece em alguns estudos, seja apontando o abuso/dependência química em pessoas que sofreram ou testemunharam violência ao longo da história de vida, seja identificando a quimiodependência no agressor: relação entre abuso físico e sexual e desordens de conduta, aumento do risco para dependência a álcool em vítimas de violência, presença de abuso físico e dependência ao álcool como fatores de risco independentes tanto para tornar-se vítima de violência quanto para tornar-se abusador/agressor (KUNITZ et al, 1998); problemas parentais com álcool e violência presentes na história de mulheres adultas freqüentadoras de um programa para tratamento de alcoolismo (LANGELAND, VAN-DEN-BRINK & DRAIJER, 2002); relação entre história de violência familiar e abuso de substâncias e as implicações para o tratamento de pessoas que abusam de substâncias químicas (EASTON, SWAN & SINHA, 2000). Miller, Wilsnack e Cunrad (2000), num estudo que investigou a prevalência de violência na vida de mulheres e as conseqüências físicas e psicológicas dessas experiências (abuso de drogas e álcool), concluíram que a história de vitimização na vida das mulheres afeta de forma negativa suas crianças, que testemunharam a violência ou também foram vítimas.

A partir dos estudos que discutem os impactos da VIDP sobre o desenvolvimento e a saúde de testemunhas ou vítimas, reafirma-se a importância da realização de esforços que de forma

permanente estejam voltados a sensibilização da comunidade em geral para identificar e notificar casos e a capacitação de profissionais de todas as áreas para identificar e intervir de forma eficiente junto a vítimas e agressores.

Além disso, apontam para a necessidade de se pensar a VIPD como fator de risco peculiar por estar presente universalmente em distintas sociedades e culturas, por ser tão difícil de prevenir e abordar e por gerar conseqüências em nível pessoal (saúde, qualidade de vida) que afetam a sociedade de forma coletiva (reprodução da violência testemunhada ou sofrida no lar em outras esferas da vida social pública). Um aspecto que evidencia isso é a relação identificada entre VIPD e comportamento violento, delinqüência juvenil, violência na escola, prática de atos infracionais por adolescentes ou de crimes, por adultos. O aumento da probabilidade para abuso de substâncias como álcool e drogas pelas vítimas também é um aspecto a ser considerado nesse enfoque, já que álcool e drogas estão associados a eventos violentos de forma geral..

A importância da escola e o papel dos educadores no reconhecimento dos casos apareceu em apenas 01 estudo. Weis & Fine (1998), num trabalho onde descrevem a história familiar de três mulheres brancas (24-31 anos) que sofreram violência doméstica na infância e como adultas, discutem a importância da participação dos educadores no diagnóstico e reconhecimento de casos de violência na vida de seus alunos (testemunhar ou ter testemunhado violência em seus lares ou serem criados em lares cujos pais sofreram violência na infância). A mensagem aos educadores é direta: a violência doméstica é freqüente; permeia a biografia de mulheres brancas da classe trabalhadora, o terror doméstico é silencioso, apenas as pessoas extremamente vitimizadas falam dela e, finalmente: a violência doméstica afeta os estudantes nas escolas, tanto se testemunham ou testemunharam ou se são criados por pais que sofreram violência. Os autores insistem que é importante que educadores sejam capazes de identificar a extensão e o potencial da violência doméstica na vida dos estudantes.

A leitura dos trabalhos também indicou ser necessário atentar para o atributo “doméstica” desse tipo de violência. A questão do segredo que envolve eventos negativos que ocorrem numa família emerge como central. Sobre isso, Berman (2000) - ao discutir os resultados de estudo narrativo com crianças que testemunharam violência em duas situações distintas: na guerra e em casa (filhos de mulheres vítimas de violência doméstica) - identifica uma discriminação fundamental: embora ambos os grupos tenham testemunhado atrocidades e carreguem eventos contínuos que podem ser considerados como eventos negativos (perdas, separação) e com potencial para afetar negativamente seu desenvolvimento, as crianças da guerra viveram sua dor e seu sofrimento de forma coletiva enquanto que as crianças que testemunharam violência contra suas mães sofreram sozinhas, no espaço privado do lar, o horror de presenciar cenas violentas e o

sofrimento da mãe, experimentando a vergonha e o medo de que os acontecimentos pudessem vir a tornar-se públicos.

A experiência coletiva de eventos adversos ou potencialmente traumáticos parece permitir experimentar estratégias compartilhadas de *coping*, ao contrário do que ocorre com a violência doméstica, que é vivida em segredo e compartilhada pelas vítimas com outras pessoas apenas em situações muito particulares.

O que os trabalhos nos mostram é que existem conseqüências que emergem a partir da inter-relação sujeito-contexto e que eventos de vida ligados à violência doméstica podem estar relacionados a uma ampla gama de alterações mentais e orgânicas, em nível do sujeito que se refletem de forma mais ampla, na vida social (abuso de drogas e comportamento violento podem ser exemplos).

Mesmo sendo possível estabelecer associação entre violência e saúde e até apontar conseqüências específicas para a experiência com violência, sabemos que nunca é indicado trabalhar com generalizações. Por isso não podemos deixar de considerar os conceitos de risco, vulnerabilidade e resiliência.

Já vimos que risco é entendido como algo do contexto, que expõe todo o grupo que está sob determinadas condições e, portanto, refere-se a grupos ou populações.

Por outro lado, vulnerabilidade refere-se a questões particulares do sujeito, ou seja, existem fatores que predispõem ao desenvolvimento de desordens quando estes sujeitos são expostos a fatores de risco.

Desta forma é possível entender que a vivência de adversidade ou situações adversas - ou stress ou a exposição a situações geradoras de stress, como a violência - pode ser entendida como fator de risco para o aparecimento de sintomas, não significando, contudo, que todos os sujeitos expostos a um mesmo fator de risco venham a desenvolver sintomas ou alterações.

Podemos entender que as fontes de vulnerabilidade podem estar no sujeito ou no ambiente, ou decorrer da interação de fatores de ambos e a compreensão dos aspectos ligados a este conceito levam a um outro: o de resistência, ou resiliência.

Célia (1997) nos fala que viver em risco é natural, natural no sentido de ser inerente a sociedade em que vivemos e assim, estresse e violência tornaram-se fatores presentes. Saber como evitá-los, e enfrentá-los é importante. Muitas crianças e adolescentes, entretanto, vivem sob acúmulo de muitos riscos e pesquisas citadas pelo autor mostram que o acúmulo de riscos pode levar a sérias conseqüências no desenvolvimento. Se a exposição simultânea a vários fatores de risco é uma realidade, pesquisas têm demonstrado que muitas crianças conseguem superá-la, apesar de viverem sem sérias dificuldades psicossociais:

Essa adaptabilidade, essa condição, esse estado de ser, convencionou-se chamar de resiliência. (...) Resiliência é a capacidade que tem um corpo de resilir, ou seja, de ter flexibilidade pois, quando submetido a uma ou várias forças energéticas, sofre a ação da mesma e após cessada a força reage voltando ao seu estado de normalidade, mostrando sua flexibilidade...” (p. 23)

## **2.5 A reafirmação da complexidade: em busca do “não dito”**

A leitura dos trabalhos permitiu reafirmar algumas tendências já discutidas e abordadas por outros pesquisadores em estudos anteriores: a violência interpessoal doméstica é um fenômeno complexo, multifacetado, multicausal: resulta da interação de fatores do sujeito e do contexto. O fato de ocorrer ao nível das micro-relações, dentro do privado ambiente familiar, gera uma série de dificuldades para sua identificação e dilemas e desafios para sua abordagem.

Os efeitos provocados sobre o desenvolvimento e a saúde das pessoas vítimas de situações violentas dentro da família, ao longo do curso de vida, chamam a atenção para a urgência da abordagem bem sucedida aos casos notificados de VIPD. O número de alterações e sintomas que já foram relacionados à VIPD no mundo todo, a gravidade das conseqüências sobre a qualidade de vida e a saúde permitem olhar para esse tipo de violência, como vimos, como uma questão de saúde pública.

Os aspectos ligados à complexidade da violência doméstica apontam para a importância de identificar, prevenir e abordar essa forma de violência que parece alimentar a reprodução da macro-violência. Além dos efeitos sobre o desenvolvimento e a saúde, experiências violentas vividas na família podem ser responsáveis pela reprodução da violência, numa cadeia que também envolve abuso de substâncias psicoativas e envolvimento em outras situações violentas: crimes, agressões, destruição de propriedade.

O número de serviços ou setores da sociedade que podem estar envolvidos na prevenção e abordagem aos casos é outro ponto que repete a idéia de complexidade.

Nesse contexto o papel da escola na identificação dos casos ganha destaque fundamental como importante estratégia de prevenção. Curiosamente apenas 01 artigo (WEIS & FINE, 1998), do Reino Unido, discute o papel dos educadores no reconhecimento e abordagem aos casos, por considerar a escola como *locus* privilegiado para manifestação de indicadores. A importância da participação dos educadores no diagnóstico e reconhecimento de casos de violência na vida de seus alunos é ressaltada. Igualmente importante é o papel dos profissionais da saúde.

Interessante perceber que a necessidade de integração dos serviços também é evocada quando se discute a prevenção. Se comportamentos violentos podem ser aprendidos em casa e se manifestam como conseqüência de experiências vividas no lar, a identificação dos casos ou das famílias de risco e a abordagem preventiva podem ser importantes fatores de prevenção da violência social.

Caberia perguntar: que outros aspectos poderiam estar envolvidos na dificuldade de identificar e reconhecer o fenômeno? Além de todas as questões que já estão postas, das variáveis que já foram consideradas e estudadas, o que mais poderia concorrer para o pouco sucesso relatado na abordagem ao fenômeno e em sua reprodução, a despeito dos esforços e discussões que se intensificaram nos últimos anos?

Pensando especificamente na violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, como essas práticas se mantêm?

A busca da compreensão a partir do discurso de educadores, no contexto da escola, com a preocupação de identificar as condições materiais e ideológicas da produção dessa realidade deve nos permitir arriscar repostas para algumas dessas perguntas.

Vamos retomar a discussão sobre a inter-relação sujeito contexto no próximo capítulo, ao abordarmos questões ligadas a violência em seu caráter mais geral.